

# ATA DA 16ª REUNIÃO DA CT DA MEO

## 11 de abril de 2024 @ Edifício MEO Leiria

### PRESENCAS

**CT:** Ana Patrícia Silva, António Santos, Isabela Mendes, Jaquelina Brito, Jorge Pinto, Rui Pedro Moreira, Sérgio Pato, Francisco Gonçalves e Maria José Cardoso.

**SubCT Leiria/Caldas da Rainha:** José Ferreira.

### AUSÊNCIAS

**CT:** Fernando Patrício, Vítor Correia.

**SubCT Leiria/Caldas da Rainha:** Manuel Nunes, Pedro Franco.

### ORDEM DE TRABALHOS:

- Votação da ata da 15º reunião ordinária;
- Atividades dos elementos da CT entre reuniões ordinárias e planeamento;
- Ponto de Situação da Assiduidade e Apoios à Atividade da CT;
- Análise da Última Reunião com a Gestão;
- Agendamento de Plenário;
- Altice ACS;

---

No dia 11 de abril de 2024, pelas 10h50m iniciou-se a décima sexta reunião ordinária da Comissão de Trabalhadores da MEO, em formato presencial e descentralizado, no edifício da empresa em Leiria, com a participação de 9 membros do coletivo da CT e 1 membro da SubCT de Leiria/Caldas da Rainha.

O coordenador Jorge Pinto deu início à reunião apresentando a proposta de Ordem de Trabalhos, sendo que ninguém manifestou pedidos de alteração, mantendo-se assim o alinhamento de temas sugerido aquando do envio da convocatória.

Jorge Pinto informou que o Fernando Patrício não estava presente por ter uma consulta no hospital, tendo apresentado uma justificação de ausência. Referiu também que recebeu um e-mail do Vítor Correia, informando que estaria em Madrid, salvo erro, para participar num evento sindical. Concluiu indicando que os ausentes não delegaram voto em nenhum dos presentes.

Sérgio Pato sugeriu que, sempre que as reuniões fossem descentralizadas com a presença de membros das SubCT, se comesçasse por ouvi-los.

Jorge Pinto concordou, recordando que assim tem sido prática mesmo não estando na ordem de trabalhos, reservando esse período para depois da votação da ata da reunião anterior.

Com o compromisso de votar a ata por quem propôs as alterações, a votação foi realizada e a ata foi aprovada com 6 votos a favor e 1 abstenção. Os restantes membros da CT presentes decidiram não tomar posição e não votar, uma vez mais.

De seguida, de acordo com a sugestão do Sérgio Pato, prosseguiu-se para as questões locais de Leiria e Caldas da Rainha, dando a palavra ao membro da SubCT José Ferreira.

José Ferreira começou por agradecer a presença do coletivo da CT em Leiria, destacando a importância das reuniões descentralizadas para criar proximidade. Em seguida, mencionou que os problemas locais que identifica são comuns às outras regiões do país. Começou por informar que partes do edifício estavam a ser intervencionadas devido à intenção da CEO de o visitar, e que o telhado já havia sido reabilitado por fases, resultando em custos elevados. Disse que o edifício está bem localizado e é agradável, mas está em estado bastante deteriorado, tendo até já caído um teto durante a noite devido a infiltrações no telhado. Mencionou que o edifício é atualmente utilizado por pessoas das equipas de vendas porta-a-porta da Visabeira, da Intelcia, da MEO e da Geodésia. Por fim, referiu o edifício no centro de Porto de Mós, de dimensão imponente, onde apenas uma sala com o S-12 é utilizada, dando a impressão de estar abandonado. Isso deve-se, em grande parte, ao desaparecimento do local de todas as pessoas que lá trabalhavam, incluindo a loja e os serviços administrativos, pois agora trabalham a partir de casa.

Jorge Pinto perguntou sobre o problema com as baterias que estava a ser acompanhado pelos RTSST.

José Ferreira indicou que o pessoal das energias andava a substituir as baterias.

Dando seguimento à ordem de trabalhos, avançou-se para o ponto **Atividades dos elementos da CT entre reuniões ordinárias e planeamento futuro.**

Jorge Pinto começou por anunciar a intenção de agendar uma reunião aberta do Secretariado. Também mencionou a proposta de organizar uma terceira mesa-redonda para discutir a revisão do modelo de carreiras e a possibilidade de venda de partes da Altice Portugal, com especial atenção à Geodésia. Por fim, comunicou o plano para agendar uma reunião com o Ministro das Infraestruturas e com o Ministro da Economia.

De seguida, relembrou as responsabilidades atribuídas aos membros da CT, sendo que Rui Pedro Moreira ficou responsável pelas SubCT, António Santos pelas CAPP dos Fundos de Pensões, Jorge Pinto pela ACS, Ana Patrícia pela Formação, Isabela Mendes pela Obra Social e Jaquelina Brito pela Tesouraria.

Não houve intervenção de nenhum outro membro neste ponto.

Avançou-se para o **Ponto de Situação da Assiduidade e Apoios à Atividade da CT.**

Jorge Pinto informou que a questão da assiduidade não deveria ser novidade para ninguém, especialmente porque, desde o início do atual mandato, já houve uma perda de mandato devido a três faltas consecutivas. Acrescentou que ninguém está a ser visado, mas é importante manter um registo periódico de assiduidade e relembrar as regras previstas nos Estatutos, que determinam a perda de mandato por três faltas consecutivas ou seis faltas interpoladas.

Jorge Pinto prosseguiu com os apoios à atividade da CT, informando que, após um 'apanhado' feito pela empresa, o montante global foi transferido para a conta da CT, e que as pessoas que indicaram os seus NIB já receberam os respetivos reembolsos. Indicou que o Secretariado enviou um e-mail à Maria José Cardoso, ao Sérgio Pato e ao Francisco Gonçalves, informando que os valores a reembolsar estavam disponíveis, inexistindo despesas apresentadas pelo Fernando Patrício e pelo Vítor Correia. Explicou que o dinheiro não deveria ficar na conta da CT, mas por ora permanecerá lá, especialmente porque o António Santos, uma das duas pessoas indispensáveis à movimentação da conta (António Santos e Jorge Pinto) mostrou-se indisponível para fazer levantamentos em numerário devido a um incidente numa reunião com a empresa, onde as mãos dos membros da CT teriam sido consideradas impuras, o que resultou na circulação de envelopes via um membro da empresa.

Jorge Pinto também informou que a empresa está a formalizar um despacho para regulamentar o processo de reembolso das despesas, de forma a evitar incumprimentos. Apelou, mais uma vez, para que os membros apresentem uma conta bancária para onde possam ser feitos os reembolsos das despesas.

Jorge Pinto aproveitou para reformular o processo de reembolso das despesas comunicado desde a reunião da Covilhã, explicando que, primeiro, a ficha de despesas é entregue à Jaquelina Brito, que centraliza essa informação e a encaminha para a Direção de Pessoas e Organização (DPE), prevendo-se uma entrega mensal. No final de cada mês, o montante é transferido para a conta da CT, que, por sua vez, faz os respetivos reembolsos a cada um dos membros.

Sérgio Pato perguntou se o valor que tem a receber é desde outubro.

Jorge Pinto respondeu-lhe que todos os valores devidos até fevereiro estão considerados, exceto o já lhe foram anteriormente pagos em dinheiro. Além disso, informou que qualquer tentativa de entregar documentos diretamente à empresa ou de não seguir este procedimento resultará no envio dos documentos para a CT por parte da empresa.

Sérgio Pato disse que, desde o início, acredita que a empresa deveria reembolsar as despesas diretamente a cada um dos membros. No entanto, acrescentou que se a empresa está a elaborar um ofício para formalizar o processo, aguardará pela sua emissão. Mencionou que a empresa nunca se recusou a receber documentos de despesas, embora não saiba exatamente como são processados internamente, reconhecendo que talvez faça sentido uma validação pela CT. Contudo, continua a acreditar que o reembolso deveria ser responsabilidade da empresa e afirmou que não irá fornecer o seu NIB à CT para esse fim.

Jorge Pinto respondeu-lhe que, nesse caso, ficaríamos num impasse.

Maria José Cardoso tomou a palavra e informou que a empresa não tem dado todas as informações à CT, porque algumas das suas despesas não estão no email. Referiu a sua participação na reunião em Viseu, despesa que consta no email, mas, entretanto, participou noutras reuniões, cujas despesas não estão listadas.

Jorge Pinto respondeu-lhe que deve questionar a pessoa a quem entregou as despesas. Indicou que as últimas despesas que a empresa lhe entregou foram do Francisco Gonçalves.

Francisco Gonçalves afirmou que o financiamento da atividade da CT pela empresa é ilegal. Portanto, entende que, ao apresentar as despesas diretamente à empresa, deve ser a própria empresa a pagá-las.

Sérgio Pato lembrou que os prejudicados são aqueles que adotam esta posição, agradecendo a preocupação demonstrada pelo Secretariado.

Francisco Gonçalves interveio novamente, questionando qual era o entendimento do Secretariado sobre duas respostas dadas por António Almeida. A primeira, de que a empresa não precisaria solicitar pareceres prévios à CT para a instalação de videovigilância em locais onde não existem postos de trabalho permanentes; a segunda, de que os membros da CT precisariam comunicar à empresa com 24 horas de antecedência para terem acesso aos locais de trabalho. Francisco Gonçalves sugeriu ainda consultarmos a formadora que recentemente ministrou formação aos membros da CT para obter uma interpretação jurídica mais clara.

António Santos questionou se alguém teria alguma sugestão para resolver estes problemas.

Francisco Gonçalves afirmou que essa era exatamente a pergunta que queria fazer ao Secretariado, tanto em relação aos pareceres para a videovigilância quanto ao acesso aos edifícios. Concluiu dizendo que, caso nem o Secretariado nem o Coletivo tomem uma atitude, tomará medidas individualmente enquanto membro da CT.

António Santos perguntou a Francisco Gonçalves qual seria a atitude a tomar para lidar com essas questões.

Francisco Gonçalves respondeu dizendo que a abordagem seria apresentar uma reclamação formal à empresa, estipulando um prazo para resolver o problema. Se a empresa não responder ou não corrigir a situação dentro desse período, sugeriu escalar a questão para as entidades reguladoras ou organismos de supervisão competentes.

Jorge Pinto afirmou que, no que diz respeito aos acessos, todas as portarias foram notificadas com os nomes dos membros da CT. Em relação ao CCTV, explicou que os pedidos são previamente analisados pela empresa para verificar se há trabalhadores da MEO nos edifícios onde o sistema de videovigilância é instalado, o que estaria a determinar a necessidade de pareceres prévios da CT. Por fim comprometeu-se a insistir com a empresa sobre estas questões.

Prosseguiu-se para a **Análise da Última Reunião com a Gestão.**

Jorge Pinto começou por dizer que acredita ter sido esclarecido o mal-entendido em relação à apresentação da CHRO. Como resultado disso e após a visualização da procuração que confere poderes à Ana Gama Marques e ao Luís Silva, procedeu-se ao cancelamento da mediação de conflito agendada na DGERT.

Sérgio Pinto perguntou qual é a data da procuração.

Jorge Pinto respondeu-lhe indicando que é de 24 de outubro de 2023.

Ana Patrícia mencionou que é conveniente fazer um novo pedido devido à recente alteração da delegação de competências, que levou à revogação das subdelegações.

Jorge Pinto retomou a palavra para partilhar que ficou com uma boa impressão da nova CHRO, destacando que ela parece ser uma pessoa interessada nos processos e que, por isso, provavelmente iria comparecer mais vezes às reuniões mensais com a Comissão de Trabalhadores. Quanto aos resultados financeiros, mencionou que, desta vez, não houve a habitual apresentação e apenas foram entregues os documentos.

Antes de passar ao ponto seguinte, Jorge Pinto quis informar todos os presentes de que o pedido da CT para ser assistente no processo da "Operação Picoas" já foi submetido, aguardando agora o despacho do juiz.

Passou-se então para o ponto **Agendamento de Plenário.**

António Santos indicou que a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos visava discutir se os presentes tinham alguma sugestão sobre os conteúdos a abordar no plenário a ser realizado.

Sérgio Pato sugeriu que, além da apresentação das contas, que seria o último tópico a ser abordado, deveria ser apresentado um resumo de todas as atividades realizadas ao longo do mandato.

António Santos respondeu-lhe indicando que a apresentação do plano de atividades, ao contrário do que provavelmente seria expectável, tornaria o plenário bastante prolongado.

Francisco Gonçalves interveio dizendo que "o papel aguenta tudo". Acrescentou que ouviu dizer que a empresa tinha enviado 17 pedidos de parecer prévio para instalação de videovigilância, mas que a CT teria respondido a apenas dois desses pedidos.

Jorge Pinto respondeu-lhe que a informação não correspondia à verdade. Clarificou que a empresa enviou 7 pedidos de parecer para instalações de videovigilância e a CT respondeu, por motivos vários, apenas a 1.

Francisco Gonçalves afirmou que, no final das contas, serão os trabalhadores a avaliar e tirar conclusões sobre a atuação da CT com base nos resultados do trabalho realizado.

Sérgio Pato perguntou se não tinham ficado definidas duas pessoas para executar essas tarefas, sublinhando a importância de a CT responder aos pedidos de parecer de videovigilância.

António Santos informou que esses pedidos de parecer eram antigos, feitos antes de se definirem as duas pessoas para essas tarefas.

Jorge Pinto explicou que, embora o percurso estivesse definido e as datas agendadas, houve vários imprevistos que impediram a conclusão do trabalho. Nomeadamente, que surgiram problemas de saúde que acabaram por inviabilizar o cumprimento dos pedidos de parecer.

Sérgio Pato perguntou se o plenário estava previsto para ser realizado em Lisboa e se seria transmitido online para os que não pudessem comparecer presencialmente, assegurando a possibilidade de estes poderem colocar questões à CT.

Jorge Pinto respondeu que sim, confirmando que havia o plano de realizar um plenário em Lisboa e, talvez outro no Porto, com a possibilidade de participação online para os trabalhadores em regime de teletrabalho.

António Santos explicou que qualquer membro da CT poderia e até deveria apresentar as atividades que realizou, não havendo exclusividade do Secretariado na apresentação. Encorajou todos os presentes a partilharem o que fizeram durante o período do mandato, promovendo assim uma visão mais ampla da contribuição de cada um.

Maria José Cardoso questiona se sempre que alguns quiseram fazer atividades lhes foram recusados meios.

António Santos respondeu a Maria José Cardoso que todos os membros da CT têm igualdade de condições, sem qualquer discriminação.

Maria José Cardoso sugeriu a António Santos que verificasse os e-mails enviados anteriormente por António Almeida para confirmar se todos os membros da CT tinham realmente igualdade de condições para apresentar suas atividades.

António Santos sugeriu a Maria José Cardoso que, durante o plenário, ela pudesse expressar exatamente isso, ou seja, que teve a sua capacidade de exercer atividades limitada devido à falta de autorização da empresa.

Jorge Pinto lembrou a recusa da empresa ao pedido do Francisco Gonçalves para visitar as instalações em Caldas da Rainha, por motivos de segurança e saúde no trabalho.

António Santos concordou que isso é um ponto válido, mas observou que, em mais de um ano de atividade, focar-se apenas nesse incidente não seria representativo, considerando que ainda havia muitos outros dias para realizar outras atividades.

Maria José Cardoso respondeu que mediante a resposta que foi dada, cada um interpreta como entende a resposta.

António Santos perguntou se havia mais alguma sugestão, pois estava a tomar notas para elaborar a ata e pretendia incluir todas as participações e informou que se algum membro desejar elaborar as atas, é livre de se propor e a realizar.

Jorge Pinto explicou que nas atas se pretende retratar o que se passa nas reuniões. Enfatizou que estamos a trabalhar para promover uma maior proximidade e para garantir que este coletivo seja, de facto, unido.

Sérgio Pato criticou o facto de alguns elementos eleitos reunirem à margem do coletivo. Também mencionou que tiraram o acesso ao email aos antigos membros do Secretariado, que não partilham os emails recebidos e que não responderam a algumas perguntas que já colocou ao Secretariado, classificando essas atitudes como inaceitáveis. Segundo ele, não podem pedir colaboração quando, a seu ver, não foram criadas condições para isso, e sente-se

ostracizado. No entanto, esclareceu que não vai criar obstáculos e continuará a contribuir como tem feito até agora, até ao momento em que deixe de se sentir útil. Contudo, reconheceu que a atitude do Secretariado em relação a ele não é correta e, portanto, não podem esperar uma resposta positiva de sua parte. Concluiu que não irá responder na mesma moeda.

António Santos explicou que seis votos valem sempre mais do que cinco e, por isso, a CT seguiria em frente. Continuou dizendo que não podemos passar a vida a lamentar o passado, mas devemos pensar no amanhã e considerar, se o passado foi mau, o que podemos fazer para tornar o amanhã melhor.

Sérgio Pato sugeriu ao António que vestisse essa carapuça.

Maria José Cardoso recomendou que deveríamos começar a partilhar os emails que são recebidos na caixa da CT.

António Santos explicou a Sérgio Pato que, embora um e-mail seja recebido na caixa de entrada da CT, isso não significa necessariamente que Jorge Pinto, Jaquelina Brito ou ele próprio tenham todos visto o e-mail. Mencionou que, se vários e-mails chegam ao mesmo tempo e um deles é lido por alguém do Secretariado, os outros membros podem não perceber que há novas mensagens para serem lidas, pois, o sistema não sinaliza e-mails já abertos. Lamentou o facto de estar a falar com Sérgio Pato, que estava a fazer caretas durante a discussão de um assunto sério. Continuou a dirigir-se a Sérgio Pato, afirmando que ele e outros colegas passam o tempo a criticar, mas não têm proposto atividades que demonstrem resultados concretos. Questionou qual é a utilidade de críticas sem ação ou propostas construtivas. Lamentou que, até agora, ninguém tenha reconhecido o seu trabalho na CT com um agradecimento ou elogio, questionando como esses críticos têm contribuído para o ajudar. Disse que reflete sobre as suas próprias ações e se pergunta se vale a pena gastar tempo com críticas. Contudo, reconheceu que talvez esteja a avaliar a situação de forma errada, pois não consegue perceber os resultados do trabalho dos críticos. Por fim, concluiu que, se alguém quiser propor atividades ou ações concretas, deve falar para que possam ser criadas as condições necessárias para implementar essas sugestões. Reforçou que críticas sem contribuições ou propostas não têm valor e que, para construir um ambiente de trabalho colaborativo, é necessário mostrar vontade e apresentar soluções, não apenas criticar. Apesar de se dirigir a Sérgio Pato, indicou que esta mensagem se aplica a qualquer membro da equipa.

Maria José Cardoso respondeu-lhe que, quando ele quiser, está disponível para discutir com todos o que precisa ser feito.

António Santos disse a Maria José Cardoso para dizer o que quer fazer para que possam encontrar uma maneira de o realizar.

Maria José Cardoso respondeu a António Santos que, antes de tudo, é necessário discutir o que precisa ser feito, depois promover um debate e, por fim,

tomar uma decisão. Não é apenas chegar e dizer que fulano fica com isto e sicrano com aquilo. Lembrou que, no passado, os eleitos eram envolvidos nas discussões, respeitando a escolha dos trabalhadores, e que todos estavam envolvidos no processo, até mesmo membros de outras listas. Quando alguém se mostrava disponível para participar, nunca lhe foi dito que não podia, independentemente das diferenças. Isso, segundo ela, é o que caracteriza um órgão que funciona minimamente bem em democracia. Salientou que, ao contrário desse modelo, a atual organização não demonstra uma tentativa de trabalho coletivo.

António Santos perguntou a Maria José Cardoso o que já tinha tentado fazer que tenha sido impedido ou barrado.

Maria José Cardoso respondeu a António Santos que primeiro é preciso submeter as questões ao Coletivo e, só depois, uma decisão pode ser tomada. Não se pode simplesmente chegar com uma decisão pronta e perguntar se alguém quer ajudar.

António Santos respondeu a Maria José Cardoso lembrando-a da reunião em Alfouvar, onde foi perguntado quem queria acompanhar o plano de formação e ninguém se ofereceu para o fazer.

Maria José Cardoso concordou que foi perguntado numa reunião e que ficou decidido pensar no assunto. Na reunião seguinte, surgiu um grupo com várias tarefas atribuídas.

António Santos informou-a de que estaria enganada, informou que a hipótese de todos se oferecerem foi colocada. Depois de ninguém se ter oferecido, o Secretariado fez uma proposta e deu a todos a oportunidade de manifestar interesse em participar em determinada tarefa ou projeto.

Francisco Gonçalves interveio, sugerindo que não valia a pena continuar a discussão, e Maria José Cardoso concordou. Francisco Gonçalves afirmou que ninguém da CT entende de formação e que a CT afirmar que queria fazer parte do grupo de trabalho era uma "chinesice", sugerindo que a comissão apenas queria mostrar-se importante sem ter o conhecimento necessário. Confirmou que em Alfouvar ninguém se voluntariou e que decidiram pensar no assunto; na reunião seguinte, nomes foram sugeridos e foi perguntado se mais alguém queria participar. Criticou também a escolha do interlocutor da CT para as SubCT, argumentando que essa escolha não ajudaria a mobilizar as pessoas.

Mencionou ainda a iniciativa da CT de pedir à empresa um aumento no voucher de telemóvel, o que, segundo ele, parecia uma tentativa de tirar mérito aos sindicatos. Concluiu acusando a CT de falta de solidariedade.

António Santos, referiu que, depois de ouvir todo o discurso, além das críticas feitas, não identificou nada de construtivo no conteúdo da intervenção. Questionou se, a partir das críticas apontadas, havia alguma sugestão concreta ou proposta de ação que pudesse ser útil para melhorar a situação.

Francisco Gonçalves continuou a acusar a CT de ter inviabilizado uma visita que queria fazer, mas não pôde porque não havia um carro da empresa disponível para o transporte.

António Santos questionou por que motivo a atividade que Francisco Gonçalves pretendia realizar não foi discutida previamente em reunião do coletivo, como já tinha sido sugerido várias vezes durante esta reunião.

Francisco Gonçalves questionou por que motivo, além do carro que o transportou, havia outros dois carros da empresa em Mirandela.

António Santos explicou que, como cada carro só comporta até 5 pessoas, eram necessários dois carros para transportar um grupo de 6 pessoas.

Francisco Gonçalves questionou se era verdade que o membro António Santos tinha um carro reservado para seu uso exclusivo e da CT em Tenente Valadim.

António Santos respondeu-lhe que não era apenas um carro, mas sim três carros.

Francisco Gonçalves questionou se o Secretariado tinha mais horas do que as 25 horas previstas na lei porque negociou individualmente com a empresa.

Jorge Pinto respondeu-lhe que os três membros do Secretariado têm 40 horas, 15 horas adicionais ao estipulado na lei, mas nos mandatos anteriores tinham muito mais, pois havia uma pessoa a tempo inteiro dedicada ao trabalho do Secretariado. Neste mandato o Secretariado tem 45h a mais do que o estipulado na lei, nos mandatos anteriores tinha 135h, horas essas usadas há vários anos pelos Francisco Gonçalves, pelo que estranhava a questão.

Francisco Gonçalves questionou se alguma vez foi comunicado que o Secretariado tinha solicitado 40 horas para cada elemento, quando a lei estabelece o crédito de 25 horas.

Jorge Pinto respondeu-lhe que não foi o Secretariado que pediu as 40 horas, foi a empresa que atribuiu esse tempo adicional, tendo em conta que como promessa eleitoral sempre dissemos que os elementos da CT deveriam estar em funções na empresa.

Francisco Gonçalves afirmou que é necessário falar com a empresa para entender porque atribuiu 40 horas aos membros do Secretariado e não a todos.

António Santos explicou-lhe novamente que antes estava uma pessoa a tempo inteiro no Secretariado e, por isso, tinha um total de 160 horas mensais. Com a mudança para um modelo sem uma pessoa a tempo inteiro, a empresa decidiu

atribuir 40 horas a cada membro do Secretariado devido às responsabilidades que têm de assumir.

Francisco Gonçalves disse que era importante que ficasse registado em ata que a empresa atribuiu 40 horas aos elementos do Secretariado. De seguida, questionou novamente se havia um carro reservado para um elemento do Secretariado da CT no Porto.

António Santos respondeu-lhe, com toda a clareza, que não tem nenhum carro para sua utilização exclusiva ou para a CT.

Francisco Gonçalves concluiu que a única coisa que é verdade é que os elementos do Secretariado têm 40 horas disponíveis para suas atividades. António Santos respondeu-lhe que, infelizmente, parece que estas reuniões servem apenas para apontar o dedo aos colegas.

Francisco Gonçalves disse que não é uma questão de apontar o dedo.

António Santos respondeu que se tratava de uma insinuação maldosa sobre a atribuição das 40 horas.

Francisco Gonçalves acusou o Secretariado de estar a negociar com a empresa para obter mais horas.

Jorge Pinto explicou a Francisco Gonçalves que, ainda no tempo da Graça Rebocho, foram atribuídas 40 horas a cada membro do Secretariado. Este ano, a empresa quis atribuir 40 horas apenas ao Coordenador e apenas 25 horas aos outros dois membros do Secretariado. O que foi discutido foi que não pretendíamos ter condições melhores do que as que foram atribuídas no início do mandato, mas também não fazia sentido mudar. Portanto, o pedido que foi feito foi para restabelecer o que já existia desde o início do mandato.

Sérgio Pato pediu a palavra e referiu que os seus contributos estão nas atas, salientando que as atas da CT identificam as participações de cada um, ao contrário das atas das reuniões com a empresa. Disse que, se sente-se ostracizado desde o início do mandato e afirmou que, quando isso parar, irá participar mais. Concluiu dizendo que estava interessado em participar na formação, mas não se propôs por causa de acontecimentos do passado.

Jaquelina Brito sugeriu a Sérgio Pato, como alternativa, que ele se propusesse para a formação e aguardasse para ver qual seria a reação.

Francisco Gonçalves voltou a insistir que a CT não acrescenta nada na formação.

António Santos perguntou-lhe se seria melhor se não houvesse ninguém da CT envolvido na formação.

Ana Patrícia acrescentou que não irá tratar do tema da formação sozinha. Afirmou que irá partilhar com o Coletivo o andamento dos trabalhos e que recolherá os contributos de todos os membros.

António Santos concluiu que esta CT vai fazer o que nunca foi feito, seguindo o slogan "vamos fazer diferente", e reconheceu que, provavelmente, nem sempre terão sucesso. Afirmou que, se a CT nunca participou no grupo de trabalho da formação, agora vai participar, e todos estarão presentes para avaliar os resultados. No entanto, destacou que não fazer nada não é uma solução.

Ao passar para o último ponto da ordem de trabalhos, referente à **Altice ACS**, Jorge Pinto explicou que a Comissão Ad-Hoc colocou à disposição da CT toda a documentação recolhida sobre o processo ACS.

Sérgio Pato questionou se havia alguma contrapartida pela aceitação do conteúdo e qual seria o risco que a CT correria ao dar continuidade ao processo?

António Santos explicou que não há contrapartida, mas sim a responsabilidade de dar continuidade ao processo. Afirmou que a questão é se a CT está disposta a pegar no material que existe e reunir o que falta para poder avançar com a ação. O risco é não ganhar a ação e a empresa continuar a manter as condições.

Sérgio Pato questionou se não deveríamos aguardar pelo resultado do processo dos sindicatos antes de avançar.

Francisco Gonçalves referiu que a CT possui argumentos que o sindicato não tem, citando alguns deles, e, por isso, acredita que a CT deve aceitar a documentação e dar continuidade ao processo.

Como conclusão deste ponto, ficou acordado, com o voto favorável de todos os presentes, que a CT iria aceitar a documentação recolhida pela Comissão Ad Hoc com o propósito de dar continuidade ao processo de reverter as alterações decididas unilateralmente pela empresa no Plano Clássico.

A reunião terminou às 13h com a leitura da habitual minuta da ata, sendo dada previsibilidade de localização para as próximas reuniões mensais ordinárias: Vila Nova de Gaia (maio), S. Miguel - Açores (junho), Faro (julho), Setúbal (agosto), Braga (setembro) e Coimbra (outubro).

Por fim foi sugerido que a reunião de junho, pelo facto da 2ª quinta-feira desse mês ser o Feriado de Lisboa, ocorra a 20 de junho, não tendo existido objeção de qualquer membro do Coletivo da CT.

Anexos:

- Minuta da Ata
- Mapa de Assiduidade dos Membros da CT
- Quadro Resumo do Apoio à Atividade dos Membros da CT (despesas)

# MINUTA DA ATA

## 16ª REUNIÃO DA CT DA MEO

Dia 11 de abril de 2024, com início às 10h50, em formato presencial, em Leiria, iniciou-se a décima sexta reunião ordinária da Comissão de Trabalhadores (CT) da MEO com a presença de 9 membros da CT.

Não estiveram presentes o Fernando Patrício (consulta médica) e o Vítor Correia.

De acordo com o Regulamento de Funcionamento Interno a SubCT de Leiria / Caldas da Rainha foi convidada para a reunião, não estando presentes o Manuel Nunes e Pedro Franco.

Foi apresentada a proposta de ordem de trabalhos já antes comunicada, sendo que da mesma não houvesse qualquer pedido de alteração ou introduzidos pontos prévios:

- Votação da ata da 15ª reunião ordinária;
- Atividades dos elementos da CT entre reuniões ordinárias e planeamento;
- Ponto de Situação da Assiduidade e Apoios à Atividade da CT;
- Análise da Última Reunião com a Gestão;
- Agendamento de Plenário;
- Altice ACS;

A ata da 15ª reunião foi aprovada com 6 votos a favor e 1 abstenção. Dois elementos do Coletivo da CT não votaram.

Seguiu-se a discussão dos restantes pontos da Ordem de Trabalhos sem que nada de concreto e factual se tenha incluído na minuta da ata.

No último ponto da Ordem de Trabalhos ficou acordado, com o voto favorável de todos os presentes, que a CT iria aceitar a documentação recolhida pela Comissão Ad Hoc com o propósito de dar continuidade ao processo de reverter as alterações decididas unilateralmente pela empresa no Plano Clássico.

A reunião terminou às 13h com a leitura de um esboço da presente minuta da ata.



## COMISSÃO DE TRABALHADORES DA MEO S.A.

### REUNIÕES E REGISTO DE PRESENCAS - ANO 2023

|  | 1ª Reunião |            | 2ª Reunião  |            | 3ª Reunião | 4ª Reunião | 5ª Reunião | 6ª Reunião  | 7ª Reunião  | 8ª Reunião       | 9ª Reunião | 10ª Reunião | 11ª Reunião      | 12ª Reunião |
|--|------------|------------|-------------|------------|------------|------------|------------|-------------|-------------|------------------|------------|-------------|------------------|-------------|
|  | 19/01/2023 | 16/02/2023 | 23/02/2023  | 16/03/2023 | 20/04/2023 | 11/05/2023 | 15/06/2023 | 13/07/2023  | 10/08/2023  | 14/09/2023       | 11/10/2023 | 09/11/2023  | 14/12/2023       |             |
| JORGE MIGUEL SANTOS LOPES PINTO              |            |            |             |            |            |            |            |             |             |                  |            |             |                  |             |
| FRANCISCO MANUEL CARDOSO GONCALVES           |            |            | FJ (férias) |            |            |            |            |             |             |                  |            |             |                  |             |
| RUI PEDRO RODRIGUES DE LIMA MOREIRA          |            |            |             |            |            |            |            |             |             |                  |            |             |                  |             |
| HELDER DA COSTA PEREIRA RIBEIRO              |            |            | FI          | FI         | FI         |            |            |             |             |                  |            |             |                  |             |
| JAQUELINA MARIA SANCHES BRITO                |            |            |             |            |            |            |            |             |             |                  |            |             |                  |             |
| MARIA JOSE SOUSA CARDOSO                     |            |            | FI          | FI         | FI         |            |            | FJ (doença) | FJ (doença) | FJ (doença)      |            |             |                  |             |
| ISABELA MARIA MARTINS SILVA MENDES           |            |            |             |            |            |            |            | FI          |             |                  |            |             | FI               |             |
| FERNANDO MANUEL NUNES PATRICIO               |            |            |             |            | FI         | FI         |            |             | FJ (férias) | FJ (assist.fam.) |            |             |                  |             |
| ANTÓNIO FERNANDO LOPES DOS SANTOS            |            |            |             |            |            |            |            |             |             | FJ (férias)      |            |             |                  |             |
| SERGIO BRAZ RODRIGUES PATO                   |            |            |             |            |            |            |            |             |             |                  |            |             |                  |             |
| ANA PATRICIA R. DE OLIVEIRA SANTANA DA SILVA |            |            |             |            |            |            |            |             |             |                  |            |             | FJ (assist.fam.) |             |
| VITOR MANUEL OLIVEIRA LIMA CORREIA           |            |            |             |            |            |            |            |             | FI          |                  |            |             | FI               |             |

LEGENDA: FJ: Falta Justificada / FI: Falta Injustificada



## COMISSÃO DE TRABALHADORES DA MEO S.A.

| <b>REUNIÕES E REGISTO DE PRESENCAS - ANO 2024</b>   |                     |                   |                   |                   |
|---|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|   | <b>1ª Reunião</b>   | <b>2ª Reunião</b> | <b>3ª Reunião</b> | <b>4ª Reunião</b> |
| JORGE MIGUEL SANTOS LOPES PINTO                     | 11/01/2024          | 08/02/2024        | 14/03/2024        | 11/04/2024        |
| FRANCISCO MANUEL CARDOSO GONCALVES                  | FJ<br>(férias)      |                   |                   |                   |
| RUI PEDRO RODRIGUES DE LIMA MOREIRA                 |                     |                   |                   |                   |
| JAQUELINA MARIA SANCHES BRITO                       |                     |                   |                   |                   |
| MARIA JOSE SOUSA CARDOSO                            | FI                  |                   |                   |                   |
| ISABELA MARIA MARTINS SILVA MENDES                  |                     |                   |                   |                   |
| FERNANDO MANUEL NUNES PATRICIO                      | FJ<br>(cons.méd.)   |                   |                   | FJ<br>(cons.méd.) |
| ANTÓNIO FERNANDO LOPES DOS SANTOS                   |                     |                   |                   |                   |
| SERGIO BRAZ RODRIGUES PATO                          |                     |                   |                   |                   |
| ANA PATRICIA RODRIGUES DE OLIVEIRA SANTANA DA SILVA |                     |                   |                   |                   |
| VITOR MANUEL OLIVEIRA LIMA CORREIA                  | FJ<br>(assist.fam.) |                   | FI                | FI                |

LEGENDA: FJ: Falta Justificada / FI: Falta Injustificada



## COMISSÃO DE TRABALHADORES DA MEO S.A.

### DESPESAS DA ATIVIDADE - ANO 2023

| NOME  | abr/23   | mai/23  | jun/23   | jul/23   | ago/23 | set/23   | out/23   | nov/23   | dez/23   | YTD      |
|---|----------|---------|----------|----------|--------|----------|----------|----------|----------|----------|
| JORGE MIGUEL SANTOS LOPES PINTO                     | 22,18 €  | 42,49 € | 230,28 € | 9,68 €   | 9,68 € | 35,76 €  | 11,00 €  | 96,66 €  | 11,00 €  | 468,73 € |
| FRANCISCO MANUEL CARDOSO GONCALVES                  | 145,85 € |         |          |          |        |          |          | 27,00 €  |          | 172,85 € |
| RUI PEDRO RODRIGUES DE LIMA MOREIRA                 |          | 10,45 € | 10,45 €  | 36,65 €  |        | 134,44 € | 59,59 €  | 43,15 €  |          | 294,73 € |
| HELDER DA COSTA PEREIRA RIBEIRO                     |          |         |          |          |        |          |          |          |          | 0,00 €   |
| JAQUELINA MARIA SANCHES BRITO                       | 35,08 €  | 11,00 € | 9,80 €   | 15,93 €  |        | 10,56 €  | 10,25 €  | 57,43 €  |          | 150,05 € |
| MARIA JOSE SOUSA CARDOSO                            |          |         | 86,40 €  |          |        |          |          | 25,20 €  |          | 111,60 € |
| ISABELA MARIA MARTINS SILVA MENDES                  |          |         |          |          |        |          |          | 24,00 €  |          | 24,00 €  |
| FERNANDO MANUEL NUNES PATRICIO                      |          |         |          |          |        |          |          |          |          | 0,00 €   |
| ANTÓNIO FERNANDO LOPES DOS SANTOS                   |          | 11,00 € | 9,50 €   | 64,98 €  |        |          |          | 70,10 €  | 156,50 € | 312,08 € |
| SERGIO BRAZ RODRIGUES PATO                          |          |         |          | 28,70 €  |        | 29,70 €  | 37,00 €  | 27,00 €  | 14,85 €  | 137,25 € |
| ANA PATRICIA RODRIGUES DE OLIVEIRA SANTANA DA SILVA |          | 11,00 € |          |          |        |          |          | 11,00 €  |          | 22,00 €  |
|   | 203,11 € | 85,94 € | 346,43 € | 155,94 € | 9,68 € | 210,46 € | 117,84 € | 381,54 € | 182,35 € |          |



## COMISSÃO DE TRABALHADORES DA MEO S.A.

### DESPESAS DA ATIVIDADE - ANO 2024

| NOME  | jan/24   | fev/24  | mar/24   | abr/24  | YTD      |
|---|----------|---------|----------|---------|----------|
| JORGE MIGUEL SANTOS LOPES PINTO                     | 264,73 € | 11,00 € | 96,00 €  | 38,30 € | 410,03 € |
| FRANCISCO MANUEL CARDOSO GONCALVES                  |          |         | 46,80 €  |         | 46,80 €  |
| RUI PEDRO RODRIGUES DE LIMA MOREIRA                 | 21,50 €  | 27,80 € | 32,75 €  |         | 82,05 €  |
| HELDER DA COSTA PEREIRA RIBEIRO                     |          |         |          |         | 0,00 €   |
| JAQUELINA MARIA SANCHES BRITO                       | 101,75 € | 11,00 € | 120,33 € | 23,42 € | 256,50 € |
| MARIA JOSE SOUSA CARDOSO                            |          |         |          |         | 0,00 €   |
| ISABELA MARIA MARTINS SILVA MENDES                  | 24,00 €  | 25,30 € | 27,00 €  | 11,00 € | 87,30 €  |
| FERNANDO MANUEL NUNES PATRICIO                      |          |         |          |         | 0,00 €   |
| ANTÓNIO FERNANDO LOPES DOS SANTOS                   | 24,00 €  | 73,65 € | 37,80 €  |         | 135,45 € |
| SERGIO BRAZ RODRIGUES PATO                          | 30,85 €  | 11,00 € |          |         | 41,85 €  |
| ANA PATRICIA RODRIGUES DE OLIVEIRA SANTANA DA SILVA | 121,90 € |         | 72,00 €  |         | 193,90 € |

588,73 € 159,75 € 432,68 € 72,72 €